

REPRESENTAÇÕES DA LUTA PELA TERRA NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU/PR

JAYNE WESTPHAL¹, ELIAS ABRÃO FERREIRA², FÁBIO LUIZ ZENERATTI³.

1 Introdução

Atualmente o avanço do latifúndio, entendido como terra que não cumpre a sua função social ou com títulos fraldados (terra grilada), tem sido a regra no campo brasileiro. Tanto que, entre o Censo Agropecuário de 2006 e o de 2017, os estabelecimentos com área entre 1.000 hectares e menos de 2.500 hectares ganharam cerca de 17 milhões de hectares, o que representa um aumento de 5% (IBGE, 2017).

Além disso, no Brasil, mais da metade dos estabelecimentos rurais (50,91%) tem menos de 10 hectares, mas eles ocupam apenas 2,28% da área utilizada; já as grandes propriedades com mais de 1.000 hectares, correspondem a quase metade das terras disponíveis (47,60%), mesmo sendo apenas 1,03% do número total (IBGE, 2017).

Uma das estratégias de superação desta desigualdade tem sido a organização dos camponeses em movimentos sociais de luta pela terra. Certamente, o maior deles é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nascido no estado do Paraná em 1984, hoje com atuação nacional.

No caso do estado do Paraná, o surgimento do MST, assim como de outros movimentos sociais, está relacionado à existência de um conjunto de conflitos referentes ao uso e apropriação concentrada da terra no estado (FABRINI, 2018). Em todas as regiões paranaenses existe presença de conflitos fundiários, sendo a região denominada de Território da Cidadania Cantuquiriguaçu uma das mais expressivas.

A atuação dos camponeses sem terra nesta região, por meio dos movimentos sociais, resultou em um território reformado, sendo este o recorte espacial desta pesquisa. Identificou-se a presença de ações camponesas contra o latifúndio em diversos municípios localizados na área de estudo, resultando na formação de vários assentamentos rurais.

1 Acadêmica do curso de graduação em Pedagogia, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Laranjeiras do Sul, contato: jaynewestphal@gmail.com

2 Graduado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Laranjeiras do Sul, contato: eliasfereira18@gmail.com

3 Doutor em Geografia. Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Laranjeiras do Sul. Contato: fabio.zeneratti@uffs.edu.br

2 Objetivos

O objetivo geral da pesquisa foi compreender e representar a luta pela terra na região denominada de Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, localizada no estado do Paraná. No que se refere aos objetivos específicos, buscou-se realizar uma síntese histórica da formação da região, identificar os municípios da área de estudo que possuem historicamente conflitos por terra, assim como, analisar o avanço dos camponeses sobre o latifúndio madeireiro.

3 Metodologia

Esta pesquisa é de base qualitativa e a metodologia utilizada consistiu na realização de trabalhos de campo, estudo bibliográfico e análise de informações obtidas em bancos de dados oficiais.

O estudo bibliográfico permitiu, num primeiro momento, ampliar o referencial teórico acerca do tema. Posteriormente, contribuiu na análise os dados obtidos em campo. Além disso, a pesquisa também se valeu dos diversos bancos de dados oficiais sobre o espaço rural, com destaque para os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos trabalhos de campo para observações e entrevistas (GIL, 2008, p. 100), optou-se pelo uso de entrevistas não padronizadas, pois como destaca Andrade (2003) este tipo de procedimento proporciona liberdade aos entrevistados. Os trabalhos de campo aconteceram nos seguintes locais: Acampamento Recanto da Natureza e Assentamento 8 de Junho, no município de Laranjeiras do Sul; Assentamento Rio Perdido e Assentamento Celso Furtado, no município de Quedas do Iguaçu; e, por fim, no Acampamento Herdeiros da Terra de Primeiro de Maio, em Rio Bonito do Iguaçu.

4 Resultados e Discussão

O Território da Cidadania Cantuquiriguaçu é formado por 20 municípios, está localizado nas mesorregiões Centro-Sul e Oeste paranaenses. Foi criado em 2008, quando o governo federal instituiu o Programa Territórios da Cidadania. O objetivo do Programa era fomentar o desenvolvimento regional e o desenvolvimento econômico (BRASIL, 2008).

Entre os 60 territórios criados no Brasil estava Território da Cidadania

Cantuquiriguaçu, que segundo Theis e Krajevick (2017, p. 10), “é considerado a segunda região menos desenvolvida socioeconomicamente do Paraná”. Moraes e Martins (2020) asseveram ainda que todos os municípios que compõem esse Território apresentam baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

Atualmente a população total da região é de 232.519 habitantes, dos quais 125.060 (54%) moram em áreas urbanas e 107.459 (46%) em áreas rurais, havendo 60.433 pessoas ocupadas na agricultura familiar (STOFFEL; RAMBO; EBERHARDT, 2020, p. 10). Além disso, são 4.387 famílias de assentados em 49 assentamentos, em uma área de 93.750 hectares (INCRA, 2021).

Este número expressivo de assentamentos de reforma agrária se deve ao processo de luta pela terra, fruto da contestação dos camponeses ao processo de territorialização do latifúndio, representado em sua maior parte pela empresa madeireira Araupel S/A.

Esta empresa detinha originalmente 114.000 hectares de terra, concentradas em dois imóveis, o Rio das Cobras e o Pinhal Ralo, nos municípios de Quedas do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Rio Bonito do Iguaçu (HAMMEL, 2020, p. 81).

Segundo Hammel (2020), o estudo da cadeia dominial dos imóveis que conformam a área de posse da empresa apresenta vários vícios nas matrículas de origem, permitindo inferir sobre a grilagem de terras como expediente de acesso fundiário.

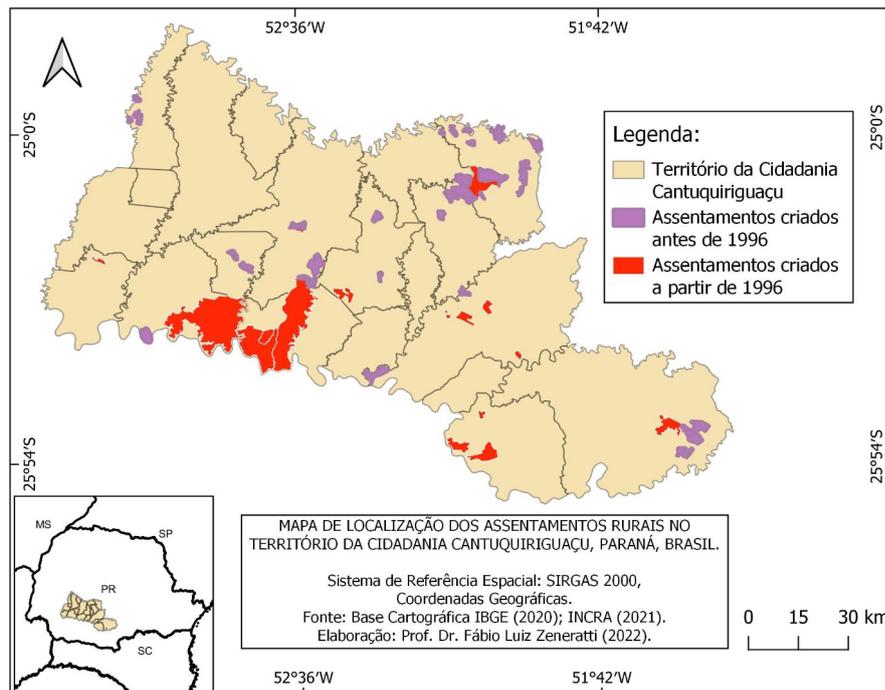
Na tentativa de ocultar tais ilícitos, a empresa, ao longo dos anos, desdobrou parte dos imóveis em diversas matrículas, mantendo a exploração madeireira na maior parte e comercializando os imóveis menores. Certo é que tal prática foi denunciada pelos camponeses do MST, resultando na anulação de várias dessas matrículas pela Justiça Federal (CEZIMBRA, 2021, p. 117).

A primeira ação de ocupação de terras do MST contra o latifúndio da empresa Araupel S/A foi em 1996 (CEZIMBRA, 2021, p. 118). A partir de então, os camponeses obtiveram 66.654 hectares, onde foram criados 16 assentamentos rurais e assentadas 3.261 famílias (INCRA, 2021). Isso significa dizer que, a partir da organização dos camponeses no MST, foi possível ampliar significativamente a luta contra o latifúndio.

Tanto que, embora, a maior parte dos assentamentos da região tenha sido criada antes de 1996, representando 67,34% do número total, eles obtiveram apenas 28,91% da área total dos assentamentos. Ou seja, a maior parte das terras conquistadas na região foi partir de 1996,

representando 71,09% do total da área destinada à reforma agrária, distribuída em um número menor de assentamentos, 32,66% do total (Mapa 01).

Mapa 01: Localização dos assentamentos rurais no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu



Fonte: Elaboração própria.

O número de famílias assentadas também foi maior a partir de 1996, ocasião em que começaram as ocupações de terra do MST no latifúndio da empresa Araupel S/A. Nesse caso, antes de 1996, foram assentadas 25,66% das famílias camponesas, portanto, 74,34% das famílias assentadas no Território Cantuquiriguaçu conquistaram a terra a partir de 1996, o que confirma a importância do movimento social na luta contra o latifúndio.

5 Conclusão

A pesquisa identificou que a partir de 1996 os camponeses conseguiram enfrentar o latifúndio da empresa madeireira Araupel S/A, localizado no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. O resultado foi a desterritorialização de parte do latifúndio. Isso demonstra que a organização dos camponeses em movimentos sociais, como o MST, é uma estratégia de enfrentamento ao latifúndio que pode levar à territorialização camponesa.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Territórios da cidadania**. 2008.

CEZIMBRA, E. N. **O MST e a participação política dos camponeses sem terra: o caso do Acampamento Herdeiros da Terra de Primeiro de Maio em Rio Bonito do Iguaçu**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

FABRINI, J. E. A luta dos sem-terra no Paraná. In: **Paraná insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI**. MENDOÇA, J. M. N.; SOUZA, J. U. (Org.). São Leopoldo: Casa Leiria, 2018. p. 189-203.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAMMEL, A. C. **Luta camponesa pela terra no latifúndio da Araupel: um estudo do histórico dominial, práticas de grilagem e vidas camponesas**. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 30 jun. 2021.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Acervo Fundiário**. 2021. Disponível em: <https://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MORAES, V.; MARTINS, F. J. A criação e a recriação Camponesa no Território Cantuquiriguaçu Paraná, por meio da luta e da resistência. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. ed. 08, v. 09, p. 104-121, 2020.

STOFFEL, J.; RAMBO, A. G.; EBERHARDT, P. L. Condições de acesso à linha do Pronaf Agroecologia no Território da Cantuquiriguaçu/PR. **Redes (Online)**, v.25, n.2, p. 809-831, maio-agosto, 2020.

THEIS, I. M.; KRAJEVSK, L. C. Desenvolvimento e acumulação por espoliação: o caso do território Cantuquiriguaçu – Paraná. **Novos Cadernos NAEA**. v. 20, n. 2, p. 9-26, maio-ago, 2017.

Palavras-chave: Assentamentos. Camponeses. Latifúndio.

Nº de Registro no sistema Prisma: PES-2021-0210.

Financiamento: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)